

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.441.395 - GO
(2019/0026061-1)**

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
EMBARGANTE : **H L DE F R DE L P**
ADVOGADOS : **GERMANA POVOA CRUZ LOBO - GO022352**
 MARIA LUIZA PÓVOA CRUZ - GO032005
 VINICIUS MAYA FAIAD - GO033904
 TÚLIO SACCHI DE SOUSA CORREIA - GO036918
EMBARGADO : **A J P**
ADVOGADO : **MÔNICA ARAÚJO DE MOURA - GO026024**

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por H L DE F R DE L P à decisão de fls. 695/696, que não conheceu do recurso.

Sustenta a parte embargante que:

Íncrito Ministro Relator, a guia recolhida pela Embargante foi a de nº 2347730, carteira 17, no valor de R\$ 372,20 (trezentos e setenta e dois reais e vinte centavos).

[...]

O comprovante de pagamento acostado confere com a guia recolhida (GRU), consoante se verifica no código de barras, parte final.

[...]

E mais, se obsevamos atentamente o código de barras do comprovante de pagamento, verifica-se que o número começa com 0019 e logo depois já direciona para a parte final da guia GRU nº 2 78490000037220.

Ainda, o valor da guia – R\$ 372,220 – é exatamente o final do número da GRU e também consta do código de barras do comprovant de pagamento (fls. 702/704).

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Como já consignado na decisão ora embargada, que agora se repete, e ao contrário do afirmado pela parte, há divergência entre o número constante no código de barras das guias de preparo e seus respectivos comprovantes de pagamento (fls. 691/692).

Veja-se que nas guias (fl. 691) constam o número 00190.0000902941.99100802347.730174 2 78490000037220 e no comprovante de pagamento (fl. 692) consta o número 00192784900000372200000002941991000234773017, portanto divergentes.

Conforme jurisprudência consolidada nesta Corte, *"a falta de correspondência entre o número do código de barras da guia de recolhimento e o comprovante bancário demonstra irregularidade no preparo do recurso especial, tornando-o, portanto, deserto"* (EDcl no AREsp 181.119/RS, 4ª Turma, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, DJe de 25/2/2013).

Essa exigência tem respaldo na necessidade de constar o número do código de barras e o do processo, viabilizando a comparação com aqueles lançados na GRU apresentada, para que não haja dúvida acerca da validade do documento e do seu efetivo recolhimento.

Por fim, a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado evidencia mera insatisfação com o resultado do julgamento, não sendo a via eleita apropriada para tanto. Nesse sentido: EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria submetida à apreciação do STJ foi julgada, não havendo, na decisão embargada, os vícios que autorizariam a utilização do recurso – obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante de que a reiteração deste expediente ensejará o pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos que tratem do mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do CPC).**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente

